

Um ensaio para o nosso (des)tempo. Por quem os sinos dobram?

Ricardo Giuliani¹

As crises institucionais recorrentes no Brasil e o renascimento da extrema direita. Quais caminhos seguir diante da aparente falência do Estado e da democracia como conhecemos.

(Estado. Democracia. Crises Institucionais. Extrema Direita. Bolsonarismo)

"Nenhum homem é uma ilha, isolado em si mesmo; todos são parte do continente, uma parte de um todo. Se um torrão de terra for levado pelas águas até o mar, a Europa ficará diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse o solar de teus amigos ou o teu próprio; a morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte do gênero humano. E por isso não perguntes por quem os sinos dobram; eles dobram por ti". (Hemingway, citando John Donne, no "Por Quem os Sinos Dobram", 1940)

Eles dobram por ti

Das passagens mais marcantes que li na vida está na estupenda obra "Por Quem os Sinos Dobram". Em certo momento, republicanos reunidos trocam experiências sobre a vida vivida, o antes da guerra civil e, em pormenores, a convivência na pacata aldeia que, iniciada a matança entre irmãos, se transforma em chacina horrenda a superar meras notícias vindas de longe; abandona-se o "ouvi dizer" para tomar a existência pelo cheiro da morte real, pelas marcas na retina a dilacerar corações e mentes dos que, por algo, sabe-se bem o quê, guerreiam entre si. Na Comuna, conhecidos de toda vida, conta a republicana com olhos baixos, nacionalistas eram levados, um a um, ao corredor polonês; agredidos por vizinhos, velhos confrades comunitários, conviventes de vida inteira, para serem jogados de um penhasco, pouco importando se já mortos, inda vivos, importava que eram nacionalistas. A narrativa de Hemingway é estrondosa ao deixar os romantismos da guerra pra trás. A republicana pôs sua humanidade inteiramente à mostra. As agruras da guerra civil, nacionalistas e republicanos, se impõe como emblema dos horrores que somente a política e as ideologias podem construir. A cicatriz é a própria ferida, é a eternidade, o

¹ Mestre e Doutor em Direito. Artista Plástico e Escritor.
ricardo.giuliani@terra.com.br

repouso da memória.

Quando escrevo este pequeno texto, que vai na forma de um ensaio despretenso, setembro de 2025, o Brasil enfrenta mais um marco na sua construção histórico-institucional. O mundo está afogado entre extremismos e transições tecnológicas e geracionais. Os sentimentos vão fracionados e o tempo se quebra ao talante dos novos instrumentos entregues à civilização do século XXI, a todos e a cada um. Tudo parece tão perto, todavia, distâncias intangíveis são cavadas entre os humanos, e todos, como que paralisados – pensamos que -, adquirimos a possibilidade do quase instantâneo domínio sobre o tempo, e tudo para chafurdar o paradoxo da contemporaneidade que nos estrutura como sociedade em franca desolação existencial, uma sociedade de desesperançados.

Hieronimus Bosch, já no século XV plantava discussões sobre moral e religião e excentricidades humanas no seu maravilhoso Jardim das Delícias Terrenas. Deitou tintas para expressar o mundo caótico visto e sentido pelo artista; Fleming, descobriu a Penicilina quase que de forma acidental e, por acidente, mudou a vida, e vida deu para milhões de seres humanos; Einstein, percorreu mais de 30 anos para encontrar a Teoria da Relatividade convencido trazer ciência, compreensão e melhorias à vida de nós outros; Fernando Pessoa, com seus heterônimos, Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro Campos, desanuviou a capacidade que um único humano tem de, ao mesmo tempo e com a mesma pena, ver vários mundos e muitos vários humanos. E assim tantos e tantos viventes entregaram à humanidade seus modos de (sobre)vivência, (con)vivência ou, por outra, e a palavra certa seria, civilização.

A multiculturalidade que nos (in)civilizou, nos dias de hoje, transversalizados pelo planeta – especialmente em sua face cultural eurocêntrica – apresenta-nos pessoas e grupos de pessoas que enxergam a “civilização” a partir de uma perspectiva colonial, imperialista, racista, misógina, supremacista, belicista, segregacionista, negacionista e tudo o mais que letras encadeadas possam identificar e dividir em forma de texto ou de manifesto. Bosch, Fleming, Einstein, Pessoa, Eu e Tu, não passamos de detalhes neste momento tão grave de transição ético/civilizacional. Examinemos, então, o futuro que pretendemos e as possibilidades “reais” –

tomando-se que esta expressão ainda resista às ressignificações da contemporaneidade – de avançarmos na direção da ventura e da felicidade, menos efêmeras que um clique/like nas redes – que somente a cultura e a política pode nos (re)construir.

Este plexo de desvalores – ou anti valores, se bem desejarem -, jamais valores no sentido cultural ainda vigente, cambaleante, mas vigente, está produzindo a desconstrução de uma institucionalidade, uma certa cultura, um legado ético-normativo, que permitiu até os dias atuais a convivência e o desenvolvimento dos e entre os povos, e tudo a partir das agregações proporcionadas pelo conhecimento civilizado.

A transição a que estamos submetidos modifica com substância o modo de pensar o mundo e de gerar padrões de convivência estável. O avanço firme e a passos largos de ideologias extremistas, agem, sobretudo, no que até aqui foi erigido como estruturas éticas de mediação para o convívio. E, neste particular, o Estado Liberal Burguês, o Estado fundado no século XVIII, começa perder espaços e função.

Achille Mbembe², na abertura da sua obra central, reflete sobre esta transição ético-civilizacional de modo certo e grave para cravar lição duríssima e incontestável:

“Este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.”

As civilizações perecem, é certo! Uma passada de olhos pela história nos dá diálogo mínimo com a objetividade dos escombros e dos impérios soterrados. Pros dias atuais, a confirmação do afirmado por Mbembe está nas cloacas despejadas pelas redes sociais todos os dias e nos governos que se instalaram e praticam a desconstrução ético-cultural da civilização como a conhecemos.

Por óbvio, desde o imemorial, a relação entre os seres humanos é mediada por estruturas abstratas (culturais) que nos permite conviver e

² Mbembe, Achille. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. N-1 edições, 2018, p. 5.

desenvolver. Há fartura de teorias e estruturas acadêmicas a explicar e a explicitar este fenômeno que não é objeto deste ensaio. Todavia, como fizeram artistas e cientistas, esta gama de conhecimento disponibilizada a nós outros, permite-nos perseguir o futuro e, pelo mínimo, termos a curiosidade acerca do por vir. A Obra de Hemingway esclarece: não há romantismo na guerra, na política e muito menos nas lutas pelo Poder.

Gramsci, que todos falam e poucos o leram, afirmava, ao lidar com a crise do sistema, que “*O velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece*”. Com certeza vivenciamos uma enorme crise civilizacional. Essa crise perpassa elementos de redefinição geopolítica global, mas, e com expressiva gravidade, opera sobre a cultura ocidental – de molde eurocêntrico – até então estabilizada. Os estados nacionais, no modo como o conhecemos, estão com suas instituições em ruínas e em fortes apuros; simplesmente estão incapazes de oferecer respostas aos seus povos.

Neste processo, os modos pelos quais a institucionalidade se concretiza, a um só tempo libertador e limitante, a depender da particularidade de cada uma, sobrevém o tema dos incivilizados, dos adeptos da barbárie, daqueles que sentindo a morte do velho agem politicamente para o nascimento do “novo”, que venha plasmado num paradigma ético-normativo bárbaro; como anteviu Gramsci, não surpreende, os sintomas mórbidos³ começaram aparecer.

Bukowski, no seu conto Cartas na Rua, citando o Código de Ética dos Correios, afirma que os Correios dos Estados Unidos da América do Norte informavam que trabalhar na instituição trazia sempre

“uma responsabilidade e uma oportunidade especiais para cada empregado dos Correios agir com honra e integridade à altura do interesse público; refletindo assim a credibilidade aos Correios e a todo o Governo Federal”.

Ou seja, o que se apresenta para a civilização ocidental é a possibilidade real de fazermos parte de mais uma derrocada histórica. Os Correios, nos Estados Unidos e na não ficção do escritor maldito, expressam para o povo a máxima designação cultural de firmeza ética e, portanto,

³ Políticas antivacinas, negacionismo científico, supremacismo racial, misoginia, homofobia, intolerância religiosa, etc., em claro e aberto retrocesso institucional.

“recado” político – credibilidade, fidúcia e Governo - entregue de casa em casa na então maior democracia do ocidente.

De que civilização, pois, estamos falando? A civilização material, a tecnológica, a informacional? Não! O tema posto vem no terreno dos comportamentos éticos da humanidade frente a si mesma e aos seus iguais. As premissas que organizam o poder político derivam de pressupostos éticos – culturais – que a civilização assume para si mesma.

“A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de expectativa humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado, porém, sua totalidade, diversidade e variedade. O que nela se afirma sobre a natureza ou fundamento das normas morais deve valer para a moral da sociedade grega, ou para a moral que vigora de fato numa comunidade humana moderna. É isso que assegura o seu caráter teórico e evita sua redução a uma disciplina normativa ou pragmática. O valor da ética como teoria está naquilo que explica, e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas.”

Na voz de Sánchez Vásquez⁴, o padrão de desenvolvimento de uma sociedade está intimamente ligado aos postulados que se pretendem como estruturas morais, balizamentos de condutas admitidas que vão para além de normativas ou pragmáticas terçadas no cotidiano entre os humanos. Para o autor, há um valor teórico a ser destrinchado neste vasto mundo das contendas morais. Esta base teórica é a capaz de fincar premissas de relacionamento e de convivência, tudo com pretensões de normatividade extrínseca, ou seja, legitimada por aparatos institucionais politicamente, eticamente, admitidos pela nação e pelos povos.

O mundo das necessidades/possibilidades, próprios do andar dos viventes, tem potência para moldar um plexo normativo institucional capaz de dialogar e fazer obrar princípios determinantes à democracia, à economia, e, porque não dizer, a própria existência, como marcou Mbembe no seu *A Necropolítica*.

A quebra dos paradigmas construídos pela história eurocêntrica da humanidade é o palco das disputas [ideológicas] nos tempos atuais. O Estado como o conhecemos, segue em seu fêretro. E a disputa que hoje se

⁴ Sánchez Vásquez, Adolfo. *Ética*. Trad. João Dell’Anna – 31ª. ed. Civilização Brasileira, 2010, p. 21.

estabelece – nos ambientes nacionais – é exatamente sobre a quem caberá os despojos resultantes desta guerra ético/cultural; quem irá parir o “novo” gramsciano?

Quando aberta e despidoradamente se defende a desigualdade entre homens e mulheres, a sobreposição e segregação sociais em função de raça, sexualidade ou de credo, a solução de mazelas sociais por intermédio da violência armada, resolução de questões geopolíticas por intermédio da guerra etc., e muitos outros eteceteras, estamos diante de um “novo” buscando nascimento e ventura para uma nova ética⁵; o morto? Bem, o morto é o Estado Moderno de matiz liberal-burguês.

Passados os olhos pela Turquia, Polônia, Israel de Netanyahu, Venezuela de Chaves e Maduro, Nicarágua de Ortega, El Salvador de Bukele, Estados Unidos de Trump, passando pelos partidos de extrema direita de Portugal (Chega), Espanha (Vox), Áustria (Partido da Liberdade-FPO), França (Reagrupamento Nacional), Dinamarca (Nova Direita), Alemanha (Alternativa para a Alemanha-AfD), Reino Unido (*Reform UK*) para falar somente daqueles que adquiriram relevância política nos seus parlamentos, teremos a convicção de que, é fato, o “Velho” – a civilização ocidental eurocêntrica – vai moribundo, pelo mínimo e o “Novo” – que horror – está dando as caras para nascer.

O tema da democracia, o tema das sempre afirmadas “liberdades”, as tais franquias democráticas, assumem o centro das disputas pela remodelação das nossas sociedades.

Evidente, a teoria da tripartição funcional do Poder começa a ser aniquilada e o Estado Moderno – liberal-burguês – cede espaço para outra estrutura – ético/cultural – que ainda não se apresenta nítida, mas, com certeza, principia, em sua face aparente, pelos movimentos de “tomada” e cooptação das estruturas de mídia, redes sociais e dos sistemas de justiça.

Ouso afirmar que as pretensões dos novos grupos políticos

⁵ A este propósito não se deve perder de vista a “teologia da dominação” muito em voga nos Estados Unidos da América do Norte. Aqui serão encontrados os postulados teóricos/religiosos que orientam um novo modo de exercício de poder fundado na eliminação do inimigo. O inimigo deve ser eliminado tendo-se em vista a possibilidade que ele, na disputa pelo poder político, poder frustrar as pretensões da organização e do grupo social pretendente.

espalhados mundo a fora são de índole totalitária, com semblante autocrático⁶, pois desejam uma nova ética e, portanto, um novo “tipo/modo de (con)vivência jurídico-normativa, tanto pública como privada.

Sou parte do gênero humano

“Tudo ele contou pro homem e depois abriu asa rumo de Lisboa. E o homem sou eu, minha gente, e eu fiquei pra vos contar a história. Por isso que vim aqui. Me acocorei em riba destas folhas, catei meus carrapatos, ponteei na violinha e em toque rasgado botei a boca no mundo cantando na fala impura as frases e os casos de Macunaíma, heróis de nossa gente.”

Mario de Andrade, fechando Macunaíma, nos instiga à brasilidade e à necessidade de nos reconhecermos em nossa cultura e particularidades, pugnando, pode-se dizer, para que nós brasileiros, filhos deste continental País, multifacetado e plural, nos abramos.

Somos uma nação carente das nossas próprias teorias e elaborações, da descoberta de nós mesmos a partir de uma reflexão fundada nas características históricas e antropológicas que formam o nosso povo e, por consequência, a nossa organização político-social. Nosso sistema político é a derivação do eurocentrismo cultural com todas as deficiências de compreensão que este postulado – premissa cognitiva – produz em nossas análises e tomadas de decisão. Nos falta uma teoria da constituição produzida a partir da experiência política e social brasileiras, mas isso seria tema para outro terço de ideias.

O fato é que nesta quadra histórica, especialmente a partir de 2013, ano dos *black blocs* no Brasil, sucedido por Operação Lava-jato, e todos os seus desdobramentos político-institucionais – notadamente sobre o sistema judicial – , desembocando na tentativa de golpe de estado patrocinada pelo bolsonarismo, culminando com o episódio do 08 de janeiro de 2023, nos remete a tratarmos, especificamente, de democracia, civilização e futuro. Democracia no Brasil, civilização brasileira, e o futuro de nós outros como sociedade brasileira cravada na latino-américa.

⁶ A etimologia de autocracia nos remete à palavra francesa “autocratie”, que, por sua vez, provém da palavra grega “autokrátēia”. Chama-se de autocracia ao tipo de governo cuja lei máxima é a vontade de um único indivíduo. Em uma autocracia, uma pessoa detém a totalidade do poder. A noção também pode ser usada quando um grupo de sujeitos exerce poder sem limitações ou regulamentos.

Este escrito nasce para homenagear o grande brasileiro Paulo Brossard de Souza Pinto. Homem da República. Por onde andou espargiu cultura, eloquência, erudição e comprometimento político com o seu povo. Brossard foi homem de democracia, de instituições e, desde já, aproveitou para deitar saudades aos conservadores⁷ da estirpe e da grandeza deste brasileiro ilustre; como fazem falta!

O Jurista gaúcho examinou nos pormenores a formação do Estado brasileiro quando, na década de 1960, em pioneira obra⁸, trouxe a sofisticada e indispensável reflexão sobre a possibilidade de controle à máxima potência republicana, a Presidência da República. Ali, partindo da premissa de que não há Poder Absoluto, demonstra, com a sagacidade própria de quem conhece a política e a formação histórica do Brasil, o sistema de freios e contrapesos gerados por uma condição ético-normativa derivada do próprio nascimento do Estado Moderno de matiz liberal. Ao se debruçar sobre o instituto do impeachment assentou na doutrina nacional a prevalência dos poderes deferidos às minorias num regime democrático.

Dados os episódios que corroem a civilização, se escancara que a direita liberal brasileira, política e econômica, foi cooptada pela extrema direita bolsonarista. O bolsonarismo⁹ se consubstanciou em verdadeira categoria política. O bolsonarismo, tosco no aparente, no seu desenvolvimento, traz consigo uma nova pretensão ética¹⁰ de governança

⁷ Dicionário de Política/Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Trad. Carmen C. Varriale, {et al}. 5ª. Ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. vl. 1, p. 242. “o termo conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras.”

⁸ O Impeachment: os aspectos da responsabilidade política do presidente da república. Saraiva, São Paulo, 1992. 218 p. Primeira publicação pela Editora Globo em 1965.

⁹ Para especialista, corrente ligada a Bolsonaro pode ser definida como fundamentalismo político. A categoria une conceitos da teologia (como a luta do bem contra o mal) e do populismo (como a atribuição de um mesmo valor a atores antes vistos como diferentes). Um exemplo disso é a visão de que PT e PSDB são partidos com os mesmos problemas e que integram um sistema corrompido — juntamente com a mídia, a Justiça e outras instituições... Fabrício Amorim para sua tese de doutorado, a ser defendida na PUC-SP....<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/02/24/o-que-e-bolsonarismo-estudo-principais-caracteristicas-jair-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>

¹⁰ A este propósito não se pode perder de vista o protagonismo de Olavo de Carvalho, guru conservador que “filosoficamente” orientou e influenciou o bolsonarismo e suas referências públicas. A influência deste teórico no governo brasileiro, por intermédio do domínio de postos-chave no primeiro escalão, a exemplo de Ernesto Araújo, expressa, com rigor, o seu protagonismo político institucional.

sobre a sociedade e, para não perder tempo e letras, basta voltar aos colapsos da pandemia de Covid-19 para aferir seus postulados e derivações.

No certo, é visível a pretensão totalitária, fundada num *blend* de orientação política e religiosa organizada, com método¹¹, que cativou grandes bolsões da sociedade brasileira; tudo a partir do uso massivo – e competente – das redes sociais desregulamentadas e sem controle estatal¹². As falas do líder desta corrente política, mesmo duas vezes inelegível [TSE] e com condenação criminal por tentativa de golpe de estado [STF], ainda é muito forte no país; esta condição perdura porque é possível sim a sobrevivência de um bolsonarismo sem o próprio Bolsonaro. As práticas antissistema do grupo político ainda ostentam racismo, misoginia, supremacismo branco, alto corporativismo militar, negacionismo e pautas de costumes simpáticas à amplo espectro religioso, diga-se, não somente evangélico. É inegável, há um “novo postulado ético” estruturado em pretensões de poder explicitados pela extrema direita brasileira¹³ que se veicula por intermédio do “Partido Digital” do bolsonarismo.

Este fenômeno, de matiz neofascista, ainda está sendo estudado, todavia, conclusões já existem sobre este cataclismo que se abateu sobre o Brasil e que [ainda] percorre o mundo. A extrema direita brasileira detém a maior bancada de deputados no Congresso Nacional, e isso por intermédio do Partido Liberal, que atualmente a abriga.

A pauta política que podemos dizer universal na extrema direita mundial é o ataque direto às estruturas judiciárias, ao sistema judicial e, no

¹¹ Desinformação se dá por meio de várias técnicas, conhecidas pelos seus nomes em inglês. *Firehose* (fluxo intenso e contínuo de informações falsas), *astroturfing* (distribuição de mensagens na internet por robôs e outros meios) e *doxxing* (exposição de dados pessoais como forma de ameaça) são alguns dos métodos. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/02/24/o-que-e-bolsonarismo-estudo-principais-caracteristicas-jair-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>

¹² Não é incorreto afirmar que o bolsonarismo se organiza a partir de algo que podemos chamar de “Partido Digital”. O modo de fazer política e produzir indução e reprodução de ações e mediações sociais, públicas e privadas, considerando-se a total desregulamentação das redes sociais, permite-lhes agir com eficiência e rapidez. Também, tema para outro artigo.

¹³ Esta nova postulação ética é derivada dos movimentos de extrema direita no mundo. Seus posicionamentos relativamente à determinadas bandeiras variam de acordo com as necessidades particulares de cada país, a exemplo, entre outros, do tema imigração, que no Brasil não tem relevância interna (ainda). Na questão religiosa, à modelo da extrema direita internacional (se organizam deste modo) verifique-se os ataques cada vez mais crescentes às religiões de matriz afro.

modelo mais chulo (mas eficiente politicamente), aos indivíduos que integram este Poder de Estado. O ataque ao multilateralismo, aos sistemas de trocas globais, também é alvo central da extrema direita mundial, eis que traz consigo a capacidade gigantesca de desorganização das instituições criadas, por indução norte-americana, no segundo pós-guerra, e aí falamos dos organismos das Nações Unidas (OMS, OMC, FAO, UNESCO etc.). O negacionismo universalizado aporta diretamente sobre os temas climáticos, ver a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris/2015, e humanitários, entre outros tantos.

As pretensões totalitárias deste grupo político têm no Sistema Judicial¹⁴ seu grande obstáculo, e isso decorre do constitucionalismo ocidental. As constituições são o estatuto jurídico do político e, corolário lógico, desenvolvem a institucionalização do poder a partir da necessária contenção de maiorias eventuais. No grosso, seria “chover no molhado”, mas não! A “singeleza” desta organização [contramajoritária e cultural] do poder acaba atacada por impedir a ação prática de grupos que, por dentro, atacam o a democracia¹⁵, ocupando fatias do Estado e, pelos seus intestinos, minando e a fragilizando o próprio sistema. Reafirmo, nem Messias, nem Tirano, nem Ditador, Autocrata, talvez; o desejo, a construção política de extrema direita mundial é de criar uma nova ordem ético-normativa totalitária.

Quando trabalhamos os postulados de um grupo extremista como se caracteriza o bolsonarismo no Brasil, além de percebermos com nitidez a tibiez do Estado Moderno histórico, de feição liberal-burguesa, construído desde o iluminismo dos séculos XVII e XVIII, chegaremos à conclusão da gravidade do movimento político posto, sem trocadilhos, em marcha.

¹⁴ No judiciário, mas não só: imprensa, desacreditamento das estruturas legais e normativas, deterioração dos sistemas de ensino (escola sem partido), arte (QueerMuseu-Porto Alegre) e do conhecimento por intermédio do ataque às universidades etc.

¹⁵ A este propósito consultar o indispensável **“Como as democracias morrem”** de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. *Para isso comparam o caso de Trump com exemplos históricos de rompimento da democracia nos últimos cem anos: da ascensão de Hitler e Mussolini nos anos 1930 à atual onda populista de extrema-direita na Europa, passando pelas ditaduras militares da América Latina dos anos 1970. E alertam: a democracia atualmente não termina com uma ruptura violenta nos moldes de uma revolução ou de um golpe militar; agora, a escalada do autoritarismo se dá com o enfraquecimento lento e constante de instituições críticas – como o judiciário e a imprensa – e a erosão gradual de normas políticas de longa data.* (resenha extraída da editora)

Lafer¹⁶, ao tratar da questão do totalitarismo, onde passeia pela gigantesca obra de Hannah Arendt, nos diz o seguinte:

“O totalitarismo representa uma proposta de organização da sociedade que almeja a dominação total dos indivíduos. Encarna, neste sentido, o processo de ruptura com a tradição, pois não se trata de um regime autocrático, que em contraposição dicotômica a um regime democrático busca restringir ou abolir as liberdades públicas e as garantias individuais. Trata-se, em verdade, de um regime que não se confunde nem com a tirania, nem com o despotismo, nem com diversas modalidades de autoritarismo, pois se esforça por eliminar, de maneira historicamente inédita, a própria espontaneidade – a mais genérica e elementar manifestação da liberdade humana. Gera, para alcançar este objetivo, o isolamento destrutivo da possibilidade de uma vida pública – que requer a ação conjunta com outros homens – e a desolação, que impede a vida privada.”

A dominação pretendida é de cunho ético, não há dúvidas. E isso se expressa pela adoção de pretensões políticas cunhadas a partir de postulações morais (costumes) derivadas do mundo religioso, mais especificamente de segmentos evangélicos neopentecostais¹⁷ ligados politicamente à extrema direita e à teologia da dominação norte-americana.

E aqui, importa fazer a distinção e a ressalva, pois é injusto e incorreto imputar “aos evangélicos¹⁸” como um todo a adesão política ao bolsonarismo por serem evangélicos. Na verdade, pastores de denominações não históricas, grosso modo, especialmente ligados à “teologia da

16 Lafer, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt/Celso Lafer. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

17 O uso da *glossolalia* é mostra efetiva da ligação que se busca entre a política e a religião. Dizem que o fenômeno ocorre em vista da ação direta do Espírito Santo sobre tais devotos. A definição segundo o dicionário é se que se trata de “capacidade de falar línguas desconhecidas quando em transe religioso (como no milagre do dia de Pentecostes)”. Em mais de um momento de envergadura política, como a aprovação pelo Senado de um indicado para o STF, tal prática foi adotada. Há intensa discussão teológica acerca deste fenômeno e das referências ao discurso em línguas.

18 Originárias no século XVI, a partir das reformas praticadas por Martin Lutero e Calvino. Trouxeram reinterpretções relevantes na teologia cristã. Possuem variadas denominações como: batistas, metodistas, pentecostais, entre tantos outros. O mundo evangélico se caracteriza pela pluralidade de pensamentos e práticas litúrgicas. Nos Estados Unidos há segmentos (pertencente à variação neopentecostal) totalmente radicalizados onde trazem para si postulados da política e pretensões diretas para o exercício do poder temporal como meio para a implantação dos juízos morais (pauta de costumes) que sustentam a partir de “um tipo” de leitura dos evangelhos, ao contrário da maioria das igrejas de denominação histórica. É matéria altamente complexa, mas indispensável para compreender a política do nosso tempo.

prosperidade” ou à “teologia da dominação¹⁹”, de vertente neopentecostal, assumiram publicamente a defesa da tomada do poder terreno²⁰ aliando-se ao bolsonarismo. Ainda, é de ser visto que no Congresso Nacional brasileiro há 219 deputados (de 513) e 26 Senadores (de 81) evangélicos²¹. Não agem em bloco, em vista de suas diferenças internas e naturais, próprias da formação, mas é número expressivo e politicamente relevante, especialmente diante das pautas de costumes (pretensão ética sobre o Estado), quando, geralmente, votam unidos.

Observem que a truculência política faz parte do modo de fazer, do método²², deste grupo. O uso da violência e da intimidação, além da mentira estruturada, explicita a condição de possibilidade para o atingimento do objetivo máximo da pretensão ético-totalitária de dominação, dito por outro modo, buscam mitigar ou mesmo abolir as liberdades públicas e mesmo as garantias individuais. O totalitarismo, pois, que não se confunde, e não deve ser confundido com as diversas modalidades de autoritarismo, pois se esforça por eliminar a própria espontaneidade da pessoa humana. As consequências incidem não somente no ambiente público-estatal, mas, e sobretudo, no mundo privado, nas relações interpessoais²³.

Este plexo político, o domínio sobre amplos setores do estado (municipalidades, unidades da federação, entidades de representação privada, federações e confederações) encaminha a desconstrução do modelo político adotado pela Constituição brasileira²⁴. Esse processo ganhou musculatura

¹⁹ Genesis 1:28: "Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra". Para a também conhecida como “teologia do domínio”, isto é interpretado como um mandato para a administração cristã em assuntos civis, não menos do que em outros assuntos humanos.

²⁰ Exemplo máximo são os Pastores Silas Malafaia, Deputado Federal Sóstenes Cavalcanti e o Senador Magno Malta.

²¹ Fonte: Congresso Nacional em setembro de 2025.

²² “O ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado em definitivo a pagar uma indenização coletiva por danos morais de R\$ 50 mil por uma série de ataques proferidos a jornalistas durante seu mandato.” Fonte: Band.com: <https://www.band.com.br/noticias/bolsonaro-condenado-em-definitivo-por-ataques-a-jornalistas-16641453>

²³ Basta ver os fenômenos ocorridos entre as famílias no período eleitoral e pós-eleitoral. É nítida a influência dos postulados ético-políticos deste grupos extremista de direita. Pergunta: quem não conhece alguém que rompeu amizades ou relações familiares a partir de temas rigorosamente duvidosos?

²⁴ O manual é o mesmo de Victor Orban, na Hungria, Erdogan, na Turquia, Netanyahu, em Israel, Bukele, em El Salvador, e Donald Trump, nos EUA, entre outros.

com o advento das emendas parlamentares impositivas, na segunda metade do Governo Bolsonaro. No orçamento brasileiro para 2025 há R\$ 38,9 bilhões de reais destinados às emendas parlamentares impositivas. Nesta toada, o Governo Federal, todo o Governo, dispõe de R\$ 74,3 bilhões de reais para investimentos. Este processo de entrega de meios executivos ao parlamento, sem entregar as responsabilidades constitucionais naturalmente derivadas, faz do Brasil um quasímodo institucional.

Para o que importa neste ensaio, é de se ver que o processo de desconstrução da institucionalidade e do próprio modelo de estado conhecido, anda à galope e com consequências, pelo mínimo, preocupantes²⁵.

Se existe caminho para solucionar estes temas, por óbvio, eles estão no mundo da política e da brasilidade, no reconhecimento de nossas particularidades. A resistência aos postulados éticos propostos – e “comprados” por larga parcela dos brasileiros – pela extrema direita protofascista, deve prestar atenção aos defeitos inerentes ao sistema democrático que não tem sido capaz de entregar os “bens da vida” a camadas polpudas da sociedade, que os necessita e não os tem.

Voltemos, pois para Macunaíma: “E o homem sou eu, minha gente, e eu fiquei pra vos contar a história”. Trago a convicção de que não há solução fora da sociedade, ou seja, longe da política que, por pessoas “comuns” do povo, aristocracias funcionais, políticos propriamente, mídia profissional et caterva, redes sociais desreguladas, tem-se encarregado de demonizá-la; e isso num “novo” postulado ético-político – totalitário – que se anuncia “fora da política”, *outsiders*. A transição do centro organizador do Estado de feição industrial para a da alta tecnologia merece a mais profunda reflexão; a horda de desesperançados²⁶, afirmo, é o enigma a ser resolvido.

²⁵ Nem presidencialismo, nem parlamentarismo e nem mais presidencialismo de coalizão. Há um vácuo estrutural posto na institucionalidade brasileira. Este processo tem determinado a frequente intervenção judicial no ambiente da política; seus efeitos não tem sido positivos.

²⁶ “Os millennials foram educados em uma “meritocracia” muito voltada para o sucesso socioeconômico e profissional condicionado ao esforço. A maioria deles certamente ouviu frases como “se você se esforçar, conseguirá o que deseja”. Entre os assuntos que preocupam os millennials e a geração Z, encontram-se o feminismo, a eco-ansiedade, os direitos LGBTQIA+, a migração...” Millennials e geração Z: por que elas são a ‘geração deprimida’ – [bbc.com/portuguese/geral-60788360](https://www.bbc.com/portuguese/geral-60788360)

Não pergunte por quem os sinos dobram

Eles dobram por ti, responde John Donne.

As evidências, por vezes, são insuficientes para expressar inteiramente o que se quer mostrar, ou melhor, tantas vezes, deixamos tudo evidente como a melhor forma de esconder aquilo que não se quer seja visto. Jean Van Eyck, num óleo de 1434, trouxe à eternidade O Retrato de Arnolfini. Se vê o comerciante italiano e sua esposa. No ambiente, cachorro e tamancos fino, ao fundo, um espelho, onde a habilidade de Eyck sobressai. Até hoje os estudiosos discutem exatamente o que está sendo mostrado: seria a primeira ou a segunda esposa? A mulher está perto da cama, seria expressão da cuidadora da casa? E o homem, ao lado da janela, demonstraria ser ele o apto a se relacionar com o mundo exterior? Vistos os trajés, estaria a mulher grávida? Fertilidade, decência? E por que os santos, a cereja, a Paixão de Cristo, a imagem refletida no espelho.

De toda sorte, há um escrito no quadro que deveras intriga os séculos: por que, e o quê, explicaria no quadro estar escrito em latim, quase imperceptível, lá ao fundo, “Johannes de Eyck *fuit hic*” (Jan van Eyck esteve aqui)? Em que mundo esteve Eyck?

A política é arte [humana] e como tal deve ser percebida. As complexidades de Eyck deixemos para os historiadores da arte, mas as complexidades dos humanos [Eyck *fuit hic*], os quadros (des)pintados pelas astúcias do poder, as tintas carregadas nos discursos políticos, queiramos ou não, pertencem ao cotidiano de todos nós e aos nossos contextos sociais, públicos e/ou privados²⁷.

Entender o Brasil no contexto mundial e no seu processo de construção histórica é desafiador. Dizem por aí, e são os vira-latas que o dizem, que por aqui nem o passado é imune às mudanças; frases de efeito que nos condicionam nas análises sobre nossos passos devidamente registrados e estruturados em conhecimento acadêmico e científico. Como dizia, a política, arte humana – capaz de desumanizar o próprio humano, e a guerra que nos

²⁷ Tenho a convicção de que não há separação possível entre os ditos mundos públicos e privados. A secção se afirma por imperativos meramente didáticos. A interação entre um e outro é o que conforma a sociedade em seus padrões ético-normativos, endógenos ou exógenos.

diga – tem a condição de construir imaginários estruturantes de símbolos que se põe em marcha e, definitivamente, faz operar a institucionalidade pragmática.

Derrida²⁸, ao trabalhar sobre a conservação da lei [e da institucionalidade], conta que

“Há, primeiramente, a distinção entre duas violências do direito, duas violências relativas ao direito: a violência fundadora, aquela que institui e instaura o direito e a violência conservadora, aquela que mantém, confirma, assegura a permanência e a aplicabilidade do direito. Por comodidade, continuaremos a traduzir *Gewalt* por violência, mas já disse que essa tradução exige precauções. *Gewalt* pode significar também o domínio ou a soberania do poder legal, a autoridade autorizante ou autorizada: a força da lei.”

Por isso, precisamos admitir com todas as cargas de lamento que no Brasil o tema das desigualdades aflora ao ponto de não queremos ver o que todos os dias vemos. Nosso déficit democrático, que contamina as dimensões de poder e soberania, é brutal exatamente neste sentido. Por essas e outras, nosso sistema de governo [legal], qualifique-se como quiserem, é insuficiente à vista do povo em geral.

F. Scott Fitzgerald em *O grande Gatsby* faz o convite:

“Gatsby acreditou na luz verde, no orgiástico futuro que, ano após ano, se agastava de nós. Esse futuro nos iludira, mas não importava: amanhã correremos mais depressa, estenderemos mais os braços... E, uma bela manhã...
E assim prosseguimos, botes contra a corrente, impelidos incessantemente para o passado.”

Correr ao passado parece encarnar o inexorável! Por quê?
Aprender, quem sabe?

Não é de hoje que temos consciência sobre a nossa democracia e a nossa incapacidade de entregar o mínimo à sociedade. José Álvaro Moisés²⁹, logo após a edição da Constituição Cidadã, lecionava que:

“Pois bem, esses fatores agravaram o descrédito de amplos setores da população: 1. Com relação aos políticos; 2. Com relação às instituições da representação, em particular, os legislativos. Esse

²⁸ Derrida, Jacques. *Força da lei: o fundamento místico da autoridade*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo. Martins Fontes, 2007. p. 73.

²⁹ Moisés, José Álvaro, p. 159. In. *Dilemas da Consolidação da democracia* / Organizado por José Álvaro Moisés e J.A. Guihon de Albuquerque. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

descrédito tem origem tanto no desgoverno do país como na companhia mais ou menos ostensiva, levada a efeito pelos setores conservadores, por parte da mídia e pelo próprio governo, mas é fundamental reconhecer que ele acaba atingindo a imagem dos partidos políticos como instituições de intermediação entre demandas da população e o Estado e o próprio sistema político. Por decorrência, gera uma crise de representatividade que não afeta apenas o prestígio político dos líderes partidários e das suas personalidades, mas as próprias expectativas que boa parte da população parece ter formulado em relação ao que deveria ser a nova Carta Constitucional do país e a conclusão da transição política.”

A democracia como ideia de racionalidade posta na esfera pública como elemento de mediação e de escolha de caminhos politicamente consensuados só pode vencer se for capaz de atender [entregar] ao mínimo existencial à nação. É deste pressuposto que surgem os temas próprios da economia como vetores determinantes para a tomada de posição racional no tabuleiro das contendas entre interesses sociais, fracionários pois estamentais.

De que vale saber que os sinos dobram por nós, se os bens da existência não chegam à maioria da população e dos necessitados? O que importa na vida das pessoas se este ou aquele sistema de governo, se este ou aquele regime político é capaz de entregar valores éticos suficientes, se o mínimo existencial perece na complexa caminhada democrática? É nesta senda que a extrema direita ganha voz e força!

Passadas as décadas desde a edição da Constituição democrática, o Estado brasileiro não consegue reduzir as abissais desigualdades sociais presentes no Brasil. Segundo o IBGE os mais ricos, em 2024, recebiam 13,4 vezes mais do que os 40% mais pobres. Em 2021, essa diferença havia chegado a 17,1 vezes. 67, 19% dos trabalhadores brasileiros recebem até R\$ 2.424,00, o que representa 65,56 milhões de pessoas. Entre 2018 e 2023, estivemos, mais uma vez, no mapa da fome medido pela ONU.

Digo com isso tudo que as questões que afloram no mundo das insatisfações com a Política, com a representação política, com a institucionalidade, surgem de uma base real subjacente aos movimentos que negam a política como o ambiente racional próprio e estável capaz de entregar o mínimo existencial às pessoas.

Neste bordão, a defesa da democracia exige bem mais do que

teses jurídicas ou discursos bem abotoados e cheirosos, como temos praticado nos últimos tempos. Se é verdade, e é, que a pretensão totalitária posta em movimento pela extrema direita brasileira se ancora numa pauta de índole eminentemente ético-cultural, menos verdade não é que existe um substrato social real a indicar ao povo que a democracia [formal], como a vivemos nesta quadra, expressa fragilidade na entrega dos bens da vida, dos bens mínimos da existência.

Tomar os botes e remar contra a corrente, retornar ao passado, aferir nossos erros, é condição para a firme defesa ética, também e fundamentalmente, da democracia como padrão civilizatório possível e desejável.

As carências estruturais do Brasil no campo da infraestrutura (portos, aeroportos, estradas, ferrovias, energia, comunicações), da indústria (nos desindustrializamos numa velocidade recorde), Educação (o exército de brasileiros analfabetos funcionais), do ultra protecionismo comercial, e muitos eteceteras, mostra que há desafios que se colocam no campo do mínimo existencial como nação e como país que se integra no teatro global do comércio e da cultura (aqui posta em sentido amplo) e do ético-normativo iluminista. As bases econômicas reais que sustentam as pretensões estratégicas do País devem estar postas na “mesa” democrática, ou seja, na esfera pública que a produzirá institucionalmente a partir de um sistema capaz de dividir a riqueza produzida neste torrão de mundo aos seus habitantes. Fora isso, o terreno próprio para a ação do protofascismo estará devidamente adubado, e adubado a partir de um novo padrão ético/civilizatório.

Nenhum homem é uma ilha

O tema do multilateralismo e a nova ordem mundial³⁰ não podem estar fora destas reflexões, e considere-se que escrevo nos idos de setembro de 2025, quando sanções exóticas vêm sendo estabelecidas especificamente

³⁰ Aqui deve ser considerada a questão do Estado palestina. O genocídio que, conforme a ONU, vem sendo praticado na faixa de Gaza e a pretensão do governo ultranacionalista de Benjamin Netanyahu de ocupar também a Cisjordânia determinaram que França, Reino Unido, Canadá, Portugal, Austrália, entre outros países da esfera de relação com os Estados Unidos, reconhecessem o Estado Palestino. Este ponto modifica completamente o arranjo geopolítico no Oriente Médio.

contra o Brasil³¹. A política externa (re)inaugurada por Donald Trump na segunda passagem pela Presidência dos Estados Unidos da América do Norte, além de fazer Alexy de Tocqueville revirar-se na tumba, botou por terra toda organização geopolítica ocidental assentada pelos norte-americanos no pós-guerra. Nos caminhos da guerra fria, uma nova ordem mundial foi construída pelas nações ocidentais. Naqueles idos, da fria guerra, o inimigo era a União Soviética e seus comunistas. Hoje, os inimigos seguem sendo comunistas, porém comunistas de duas ordens, a saber: (1) os que vivem na já segunda maior potência econômica do planeta, a China; (2) os outros “comunas”, aqueles que não militam com o MAGA (make american great again) deseja e tenta impor ao mundo³², ou com os partidos da extrema direita espalhados pelo mundo.

Há grossos setores da mídia profissional ganha pela política de extrema direita. O agir direto ou indireto, a partir de mega bilionários, ou simplesmente por adesão ideológica, introduz complexidade maior no ambiente da disputa pela “opinião pública”. Some-se a isso tudo o tema das big techs, ou dos donos das big techs, para melhor definir, como estruturadores de um novo meio de condicionamento e difusão de informação³³ politicamente engajada [estruturada].

Na aparência, a disputa política global, diante do rearranjo dos países à nova investida imperial estadunidense, toma elementos que beiram o grotesco, tal como as falas de anexação do Canadá, tomada da Groenlândia e

³¹ Diz-se exóticas uma vez que relativamente ao Brasil há uma tentativa de invasão à soberania nacional relativamente ao Poder Judiciário. Com todas as letras o Presidente americano condicionou a retirada ou levantamento das sanções (40% adicionais em tarifas comerciais) ao cancelamento do processo judicial em andamento contra o ex-presidente acusado de tentativa de golpe de Estado.

³² Em rodapé: no Brasil a mesma característica vige no ambiente das redes e da peroração bolsonarista. Ou seja, quem não está com eles é comunista, o diga o liberal João Dória, ex-governador de São Paulo.

³³ Bertrand, Claude-Jean. O Arsenal da democracia: Sistemas de Responsabilização da Mídia. Trad. Marta Leonor Loureiro. Bauru, São Paulo, EDUSC. 2002. “Por mais pomposas que sejam as declarações sobre democracia, liberdade de imprensa, Quinta emenda e Quarto Poder, os fatos e os números indicam concentração de propriedade, desconfiança pública na mídia, vendas e níveis decrescentes. Há algo de podre no reino da mídia. Por toda parte. Os problemas talvez difiram um tanto de país para país: no Japão, temos a barafunda de bancos, empresas industriais, partidos políticos, e veículos de comunicação; na Rússia ou na América Latina, o hábito de vender espaço editorial, por parte dos veículos, e a pena, por parte dos jornalistas; na Inglaterra, os famigerados tablóides nacionais, tão infames que se tornaram alvo de todos os livros sobre mídia publicados na Grã-Bretanha. Mas no mundo inteiro, excluindo-se as áreas editoriais, as questões básicas são as mesmas.” p. 16.

do Canal do Panamá etc.

Outras questões, de rigoroso pavor, devem ser anotadas, como: a perseguição a imigrantes, a tentativa de purificação da raça (revogação do direito de solo), o ataque à imprensa e a jornalistas, o corte de verbas às universidades e aos sistemas globais de auxílio humanitário (leia-se: enfrentamento da AIDS, Covid, Vacinas, etc.), index na disponibilização de livros e obras de arte, intervenção em unidades federadas a despeito dos próprios governos locais, o desmonte dos aparatos de estado (recorde-se Elon Musk e o Departamento de Eficiência Governamental - DOGE), etc.

As forças internacionais estão em franca reacomodação. O Brasil, a partir dos BRICS se transforma em alvo, não pelo processo judicial contra O golpista, mas, a par de gosto ou desgosto, pelo protagonismo que estrategicamente vem exercendo no reposicionamento³⁴ multilateral. Se é certo que o bolsonarismo se presta como correia de transmissão às pretensões “ético-normativas” da política de extrema direita norte-americana e global, menos certo não é que o Brasil traduz preocupações localizadas em temas como, minerais raros, satélites de baixa órbita³⁵, estruturação de novos cabos transoceânicos, consolidação de meios de pagamento alternativos aos sistema norte-americano³⁶ que ofereceriam suporte ao comércio internacional independente dos Estados Unidos e do dólar, entre outros movimentos.

O certo é que existe a pretensão política dos Estados Unidos em operar intervenção e influência política sobre a eleição de 2026 a partir de uma extrema direita vassala e domesticada, disposta a servir como títere – à modelo bem antigo – dos interesses que já andaram por aqui.

Há um novo pacto global sendo construído a partir de um novo centro geopolítico. Pasmem, em paradoxo, este andamento se acelera por conta da truculência e imprevisibilidade do Presidente norte-americano.

³⁴ A balança comercial brasileira com os Estados Unidos representa cerca de 1,3% do PIB brasileiro. A relação de dependência econômica, em que pese ter relevância relativa em produtos manufaturados, recuou de 26% há 15 anos para atuais 12% no total de transações internacionais, em números aproximados. Desde 2009 o Brasil tem registrado déficits comerciais seguidos em relação aos Estados Unidos, sendo que neste período as vendas americanas superaram suas importações em US\$ 88,61 bilhões (fonte: G1 Globo).

³⁵ A Starlink possui 6290 satélites deste tipo na órbita brasileira. Estão outras empresas, como a chinesa SpaceSail, etc.

³⁶ Tema que dialoga com soberania monetária. A construção de alternativas ao dólar é real e esta em franco desenvolvimento. Isso ocorre com o Eurodigital, o Brics Pay, o Cips Chinês (já em operação), o PIX brasileiro internacional, em vias de operação.

A Organização para a Cooperação de Shangai – SCO, adquiriu papel de estabilização no que se convencionou chamar de Sul Global³⁷. China, Rússia e Índia³⁸ estão protagonizando aquilo que tende a se consolidar como o novo centro geopolítico do planeta. E leia-se, centro não só nos parâmetros das trocas comerciais globais, mas no poderio militar antagônico à potência norte-americana.

Portanto, o clássico conceito de política deve ser observado com rigor:

“entendida como forma de atividade ou de práxis humana está estreitamente ligado ao de poder. Este tem sido tradicionalmente definido como ‘consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem’ (Hobbes) ou, analogamente, como ‘conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados’ (Russel).”³⁹

É neste quadrante de desafios que nos encontramos. A partir destas variáveis todas, encontradas nas terras do nosso continente, e espalhadas pela antiga chamada “aldeia global”, é que podemos retirar ensinamentos que permitam o enfrentamento do futuro que já está entre nós. A complexidade dos processos ético-culturais em disputa irá remodelar o que chamamos de Estados-Nação. As dimensões simbólicas, que tratarei no fecho, não podem ser desprezadas diante de uma humanidade que se modifica intensamente.

A morte de qualquer homem me diminui

O terreno das disputas políticas pede um novo ambiente. É certo que as guerras, expressão da barbárie humana em toda sua extensão, seguem nos dilacerando todos os dias. O humano segue com a máxima disposição destruidora de si mesmo. Passando os olhos, para tristeza e realce, podemos

³⁷ O termo Sul Global é amplamente utilizado em estudos de Geografia, Relações Internacionais, Economia e Ciências Sociais para se referir ao conjunto de países que compartilham características históricas, econômicas e sociais semelhantes, geralmente relacionadas a um histórico de colonização, subdesenvolvimento econômico e desafios estruturais. Apesar do nome sugerir uma divisão geográfica entre “norte” e “sul” do planeta, essa classificação é socioeconômica e política, não apenas geográfica. <http://focogeo.com/sul-global-conceito-e-sua-importancia/>

³⁸ A Índia, potência nuclear, pertence, ou pertencia, à área de influência dos Estados Unidos. Na nova modelagem, mais da metade da população mundial estará representada no novo eixo geopolítico.

³⁹ Dicionário, Bobbio... vl. 2, p. 954.

citar Gaza, Ucrânia, Sudão, Iêmen, Mianmar, África ocidental (Sahel), entre outras tantas que posso lembrar neste setembro de 2025⁴⁰.

O campo da disputa, em sempre será assim, é escolhido para que os desígnios do poder possam ser explorados no máximo de suas capacidades midiáticas ou, no dizer de Guy Debord, espetaculares. Por outras palavras, onde as pretensões ético-teóricas possam ser vistas e sentidas na máxima potência.

Os “palcos” que se montam para aplicar a lei do vencedor (a aplicação da lei demanda simbolismo e representação) tem a função de gerar institucionalidade e afirmação de Poder Soberano.

Garapon⁴¹, quando trata sobre o Julgamento de Adolf Eichmann, ocorrido em Jerusalém, nos mostra isso na concretude das ações políticas e assim nos descreve:

vejamos:

“O palco tem poderes que o poder não tem. ‘A jurisdição do teatro começa onde acaba o domínio da lei’ (Schiller). No palco, a ordem mundana é suspensa: ‘aqui, os grandes deste mundo ouvem aquilo que, na sua qualidade de políticos, nunca ou raramente lhes chega aos ouvidos: a verdade. Aquilo que nunca ou raramente veem: o homem (Schiller).’ Aliás, o processo Eichmann decorreu numa sala de espetáculos de Jerusalém.”

Por quem os sinos doam? Que dobrem por nós! Que tenhamos a capacidade de retomar os ambientes da política como espaço que não admite ingenuidades ou voluntarismos e que se nutre de racionalidade e civilização. A democracia demanda afirmação ética e luta diária, devendo ter o compromisso de entregar os bens existenciais ao povo; sem isso, parecerá sem sentido.

Há muito para refletir, não nos recusemos ao pensamento, ao conhecimento, e, fundamentalmente, escutemo-nos uns aos outros.

⁴⁰ Não esqueçamos do que ocorreu no Nepal (setembro de 2025), quando o Estado foi atacado, em sua representação física, a partir da subtração do “produto” redes sociais de uma população miserável que “somente” tinha redes sociais para si. Novamente o tema das profundas desigualdades sociais provocam a reflexão acerca de uma nova primavera árabe.

⁴¹ Garapon, Antoine. Crimes que se podem punir nem perdoar: para uma justiça internacional. Instituto Piaget. Lisboa. 2002. p. 194.